

A Transdisciplinaridade Como Perspectiva Metodológica Para Uma Clínica Das Subjetividades

Transdisciplinarity As A Methodological Perspective For A Clinic Of The Subjectivities

Jose Carlos Chaves Brazão¹

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar a transdisciplinaridade como uma perspectiva metodológica para se trabalhar na clínica com as subjetividades. Partiremos do princípio de que a subjetividade é mutável, sofrendo transformações coextensas às mutações sociais e políticas, de acordo com fatores próprios em cada sociedade. Para acompanhar suas vicissitudes, faz-se necessário um método que contemple as exigências da própria demanda, ou seja, que mantenha abertura técnica e teórica a ponto de permitir a espontaneidade subjetiva e a consequente captura do fenômeno. A liberdade na utilização de conceitos, transformando-os em operadores analíticos, é um fator chave nesse método e, para tal operação, entra em jogo a habilidade do terapeuta. Articularemos o método transdisciplinar com as perspectivas de ciência de Latour e Serres que entendem que o conhecimento científico é efeito da convergência de fatores múltiplos, formando uma rede de geometria variável que encontra ressonâncias na filosofia de Deleuze.

Palavras-chave: Transdisciplinar. Metodologia. Clínica. Subjetividade. Epistemologia.

Abstract

The purpose of this article is to present the transdisciplinarity as a methodological perspective for working in the clinic with the subjectivities. We will assume that subjectivity is changeable, suffering transformations co-extending to social and political changes, according to factors which are specific to each society. To follow its vicissitudes, a method that fulfills the requirements of the demand itself is necessary, that is, to maintain sufficient technical and theoretical openness to allow the subjective spontaneity and the consequent capture of the phenomenon. The freedom in the use of concepts, turning them into analytical operators, is a key factor in this method and, for this operation, the skill of the therapist comes into play. We will connect the transdisciplinary method with the perspectives of science of Latour and Serres, who understand that the scientific knowledge is the effect of the convergence of multiple factors, forming a network of variable geometry which finds echoes in Deleuze's philosophy.

Keywords: Transdisciplinarity. Methodology. Clinic. Subjectivity. Epistemology.

Resumen

El objetivo de este trabajo es presentar la transdisciplinariedad como una perspectiva metodológica para trabajar en la clínica con las subjetividades. Vamos a suponer que la subjetividad es cambiante, sufriendo coextensas transformaciones a los cambios sociales y políticos en función de factores de cada sociedad. Para seguir sus vicisitudes, es necesario un método que cumple los requisitos de la propia demanda, es decir, para mantener apertura técnico y teórico suficiente a punto de permitir la espontaneidad subjetiva y la consiguiente captura del fenómeno. La libertad en el uso de los conceptos, para que se conviertan en operadores de análisis es un factor clave en este método y, sin embargo, para la operación de este tipo, entra en juego la habilidad del terapeuta. Estaremos vinculando el método transdisciplinar con las perspectivas de ciencia de Latour y Serres que entienden que el conocimiento científico es el efecto de la convergencia de múltiples factores, formando una red de geometría variable, hallazgo resonancias en la filosofía de Deleuze.

Palabras-clave: Transdisciplinaridad. Metodología. Clínica. La subjetividade. Epistemología.

¹ Graduação e Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Seguindo a Linha de Pesquisa dos Estudos da Subjetividade. Tendo como área de concentração a Clínica Transdisciplinar e a Psicologia do Desenvolvimento.

Propomos neste texto desenvolver o conceito de transdisciplinaridade como perspectiva metodológica para se trabalhar com uma certa concepção de clínica que vem sendo chamada de clínica transdisciplinar ou clínica das subjetividades (Brazão, 2008, 2012; Rauter, 2012). Dizemos “uma certa concepção de clínica” em face às diversas possibilidades existentes para o exercício clínico em psicologia e, também, para de antemão afirmarmos a impossibilidade de se supor uma teoria universal, quando se trata da produção de conhecimento nas ciências humanas, e de uma práxis universal, quando se trata de clínica em Psicologia. Fica desde já entendido que toda prática clínica implica num saber-fazer contínuo, balizado pela experiência *in loco*, sendo este saber-fazer dinâmico, a fim de acompanhar as vicissitudes das subjetividades que, por sua vez, são mutáveis e se constituem em contextos históricos, políticos e sociais. Pois que os pressupostos da perspectiva transdisciplinar consistem na abertura à diversidade de fenômenos que a clínica catalisa e na flexibilidade técnica e teórica para manejar com tal fenomenologia, excluindo dessa concepção os determinismos de qualquer ordem. Outrossim, pretendemos articular esse método com a concepção de ciência de Latour, com a epistemologia morena de Serres, com a filosofia da diferença de Gilles Deleuze, e pela abordagem clínica de terapeutas contemporâneos tais como: Félix Guattari, Suely Rolnik, Cristina Rauter, Daniel Stern, Stéfano Bolognini, Vinciane Despret, entre outros que, diante da fenomenologia observada com seus pacientes, desenvolveram suas próprias ferramentas para possibilitar o manejo e a inteligibilidade dos fatos apresentados, criando, inovando, tecendo e improvisando técnica e teoricamente.

Para um ser em feita uma teoria também em feita

Muitos milênios se passaram desde que os primeiros hominídeos se diferenciaram dos outros primatas. Do *australopithecus* ao *homo sapiens-sapiens* decorreram mais de 1.700.000 anos e muitas mutações precisaram acontecer para que o ancestral do homem moderno, considerado “homem-gorila”, evoluísse até a forma atualⁱ (Dobzhansky, 1961 pp. 181-214), e cabe questionar por quanto tempo ele permanecerá assim. Embora biologicamente o homem moderno ainda tenha semelhanças com os *australopithecus*, seu corpo atual e seu modo de vida, em suma, sua subjetividade, são completamente diferentes daqueles dos seus ancestrais. Suas condições de vida social estão muito longe daquelas em que se vivia no início do período Plistocenoⁱⁱ e seu

território é outro que aquele em que se vivia no passado. Todo o planeta se transformou e a humanidade, em seu exercício adaptativo, passou por modulações nesse devir planetário.

Coextensos às suas mutações, os modos de organização social do ser humano também mudaram e, de fato, não se torna possível separar o que seria obra de um e trabalho do outro, ou seja, homem e sociedade coemergem em um mesmo plano histórico e político, amalgamando-se indissociavelmente. As sociedades mudam, os elementos que se agenciam em sua constituição também o fazem e os fatores que lhe dão consistência variam, ou na sua forma e/ou em sua intensidade. Essa concepção requer uma proposta teórica condizente que tente acompanhar as vicissitudes do objeto de sua observação – homem/sociedade. Concepções estáticas do indivíduo e de sua constituição cederam espaço para pontos de vista que o abordam como processo singular em formação (Guattari & Rolnik, 1986 p. 38) e as relações sociais que ele entretém são concebidas como sendo ininterruptamente coconstruídas. Seu desenvolvimento é pensado como um processo contínuo que se desenrola dentro de ambientes culturalmente organizados e regulados pelas interações sociais (Valsiner, 1988; Vasconcellos & Valsiner, 1995).

Concebida como estando em constante formação, a subjetividade é encarada como um processo dinâmico, não devendo ser pensada a partir de estruturas orgânicas ou psíquicas, “não existindo unidade evidente de pessoa” (Guattari & Rolnik, 1986, p. 38). Por consequência, suas expressões individuais, patológicas ou sadias também não seriam estáticas. Elas seriam um efeito das relações que cada individualidade desenvolve que, por sua vez, também são mutáveis, pois são coextensas aos seus processos constitutivos. O ser humano pode ser concebido como ser em feita, inacabado. A subjetividade individualizada – processo de subjetivação – pode ser definida como um conjunto de elementos heterogêneos articulados em uma forma/modo singular, variando ao longo do tempo e sofrendo influências do ambiente e das suas interações sociais (Guattari & Rolnik, 1986, p. 34).

Tomar o ser humano como processo singular em formação leva a buscar métodos processuais e particulares de teorizá-lo. Implica em confiar em uma visão transdisciplinar tecida no encontro entre teorias diversas e mesmo entre disciplinas aparentemente dispares que, contudo, estabelecem zonas de ressonância entre si, sendo que na clínica encontramos o domínio privilegiado para a observação da fenomenologia humana em suas mais ricas expressões. A clínica transdisciplinar pode ser concebida como um sistema aberto cuja prática é referida a um campo

de dispersão do saber por oposição a um saber que se pretenda universal e ordenado (Rauter, 2012 pp.13-21). Nessa perspectiva, a utilização de teorias e de saberes se produz por meio de “empréstimos”, de recortes, e no manuseio de fragmentos como numa *bricolagem*ⁱⁱⁱ, implicando em um posicionamento, diante saber, que se caracteriza por uma atitude menos técnica, no sentido de quem detém um conhecimento aplicável a determinadas situações previamente concebidas e mais pragmáticas, pelo imprevisto de ferramentas que se compõem na produção de efeitos subjetivos.

Esse método encontra apoio nos trabalhos clínicos de Daniel Stern: “Nós precisamos de uma estrutura para pensar uma versão pessoal única da experiência individual – como ela é formada e o que ela é. Afinal, o trabalho clínico é isso^{iv}” (Stern, 1995 p. 107). O autor de *The Motherhood Constellation*, em sua clínica com famílias, desenvolve uma ferramenta operacional a que chama de esquemas-de-estar-com-outro (*schema-of-being-with-another*) (Stern, 1995 pp. 79-110) para abordar o modo como um bebê representa suas interações com o mundo, principalmente no nível de sua afetividade, e para perspectivar a relação intersubjetiva entre o bebê e sua mãe. Stern se depara com teorias que não contemplavam suas exigências, cujos modelos eram genéricos e supostamente aplicáveis a qualquer caso, o que gerava inconvenientes para o manejo com casos específicos. Os esquemas não correspondem a imagens nem a conhecimento, nem tampouco são objetos pulsionalmente investidos, mas concernem a experiências interativas com “alguém”, sendo representações não verbais. Os esquemas-de-estar-com-outro seriam unidades básicas de funcionamento subjetivo relacional que comporiam estruturalmente qualquer experiência intersubjetiva. Contudo, a despeito de eles serem os elementos constitutivos de qualquer experiência relacional, não determinariam um padrão para o relacionamento. Eles seriam como tijolos formados pela reunião de elementos heterogêneos (ações, afetos, sensações, percepções, pensamentos, motivações, elementos contextuais) que integram uma edificação, como suas unidades fundamentais, sem, no entanto, determinarem sua arquitetura (Stern, 1995 pp. 81-82). A elaboração de tal ferramenta foi fruto da experiência clínica do autor que reuniu conceitos *piagetianos*, como os *esquemas* sensorio-motores; psicanalíticos, como a pulsão; identificações (Sandler, 1987), no sentido de sentir-se como o outro em dado momento, mas a seu próprio modo; sequência de eventos, acontecimentos que são representados como uma única cena, entre outras contribuições (Stern, 1995, p. 82). A ideia básica seria a de construir uma ferramenta teórico-clínica a partir de perspectivas diferenciadas (Stern, 1995, p. 100). Em trabalhos

posteriores (2004, 2010), Stern desenvolve a noção de momento presente como unidade básica de processo subjetivo para qualquer experiência subjetiva individual ou intersubjetiva. Nosso interesse na formulação *sterniana* dos *esquemas-de-estar-com-outro*, para este texto, reside menos na construção de um modelo de unidade de funcionamento subjetivo, individual ou relacional, e mais no trabalho de articulação entre teorias diferenciadas que Stern levou a termo para abordar os fenômenos que investigava, pois nessa tarefa se reconhece uma operação transdisciplinar.

Todavia, a transdisciplinaridade não deve ser confundida com a interdisciplinaridade, pois, no segundo método, conserva-se o caráter fechado dos domínios de saber colocando em perspectiva as diferentes definições para um mesmo objeto, como seria o caso de conjugarmos, em uma mesma análise, as concepções da Filosofia, da Biologia e da Psicologia para o estudo de determinado fenômeno social como, por exemplo, a violência urbana. Porém, como apontado por Rauter (2012), a metodologia transdisciplinar opera por meio de empréstimos e de recortes, aos moldes da *bricolagem*, deslocando conceitos entre campos de saber distintos. Consiste, também, na utilização de ferramentas que, em princípio, não pertencem ao domínio de saber em questão, mas que se transformam em operadores analíticos em dada situação, como, por exemplo, quando se usam os conceitos de sintonia, de ressonância e de contraponto, extraídos da teoria musical, para referir-se a processos particulares da experiência clínica (Brazão, 2008, 2012; Stern, 1985, 1995, 2004, 2010).

O pensamento de Rolnik dá suporte a esse método quando sugere que, na atividade do clínico, “pouco importam as referências teóricas [...] O que importa é que ele esteja atento às estratégias do desejo em qualquer fenômeno da existência humana”, articulando teorias e conceitos, conjugando “matérias de qualquer procedência”, no intuito de criar sentido para os conteúdos da subjetividade do paciente. Dessa forma, os “operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa ou de um tratado de filosofia” (Rolnik, 1989, p. 66).

Essa liberdade para lançar mão de ferramentas não convencionais para a intervenção – “utilização de elementos não definidos *a priori* como profissionais” (Chauvenet; Despret; Lemarie, 1996, p. 171; Despret, 2011, 2011a, 2011d) – chamada de criatividade ética, está respaldada em uma atitude clínica no sentido de proporcionar ao paciente meios de expressão de sua potência sem comprometer a eficácia do trabalho, pois não rompe com os limites da relação paciente-terapeuta, muito pelo contrário, enriquece-a substancialmente com a incorporação de elementos que expande

tecnicamente o seu alcance. Nesse encontro, entre o sistema de referências do terapeuta e a problemática existencial do paciente, irrompem espaços em que “qualidades emergentes” se manifestam, consideradas como elementos não diretamente ligados a um corpo teórico previamente definido e que surgem no “encontro, por um lado, de um dispositivo particular com, por outro lado, uma situação precisa” (Chauvenet; Despret; Lemarie, 1996, p. 159; Despret, 2011, 2011a, 2011b, 2011c). Esses espaços são caracterizados como espaços de “liberdade, de criatividade ou de adaptabilidade” e conferem à clínica, estruturada sobre um corpo teórico flexível, a condição necessária para dar passagem a processos que, muitas vezes, encontram dificuldades para serem expressos, seja pelos recursos disponibilizados pelas “terapias tradicionais”, seja pela rigidez das normas de trabalho com que os próprios profissionais se revestem. Com isso, os benefícios são computados não somente em suas dimensões teóricas e técnicas, mas principalmente para aqueles com quem esse trabalho encontra o seu fundamento, os pacientes (Chauvenet; Despret; Lemarie, 1996, pp. 159-165).

O método transdisciplinar se apoia na conjugação de pontos de vista distintos, estabelecendo composições entre heterogêneos. Compor, nesse caso, se baseia numa estratégia que agrega proposições, teorias e hipóteses que concorrem, em sua soma, para a compreensão e para o manejo dos fenômenos focados. Aliás, esse pensamento para articulação de teorias não é novo na psicologia:

J. D. Frank tem comentado sobre estes arranjos com a sugestão de que “as características comuns para todos os tipos de psicoterapia contribuem tanto, se não mais, para a efetividade delas, do que as características que as diferenciam” (Stern, 1995 p. 4).

Por meio dessa metodologia, a clínica se torna espaço privilegiado para a emergência subjetiva e, assim sendo, carece de permanecer aberta para acolher o que nela se expressa (Chauvenet; Despret; Lemarie, 1996; Guattari & Rolnik, 1986; Rauter, 2012; Rolnik, 1989). Não queremos dizer que seria somente pela utilização específica dessa metodologia que o exercício clínico alcançaria essa condição. Contudo, nessa perspectiva encontra-se presente uma flexibilização técnica e teórica expressa pela atitude do clínico que usa todos os meios de que dispõe para facilitar a emergência do “mundo psicológico” do paciente, mantendo atenção paralela para seus próprios estados subjetivos suscitados nesse encontro (Bolognini, 1949, 2008; Ferénczi, 1985; Stolorow; Atwood; Brandchaft, 1994). A flexibilidade teórica

se baseia na suposição de que uma psico-terapia apoiada sobre um único ponto de vista, pretendido à categoria de universal, se arriscaria a não contemplar a variedade de manifestações que se apresentam na situação clínica.

Quando qualquer sistema teórico é elevado ao status de uma metapsicologia, cujas categorias são presumidas de serem universalmente e centralmente evidentes para todas as pessoas, então eu acredito que tal teoria realmente tenha um impacto constrangedor sobre os esforços do analista em compreender a singularidade dos mundos psicológicos de seus pacientes (Stolorow; Atwood; Brandchaft, 1994, p.45).

Khan (1984), referindo-se à experiência com os chamados “casos fronteiriços”, aponta a necessidade de flexibilização dos referenciais teóricos do analista para atender a determinadas demandas do paciente que emergem durante o tratamento. O autor ressalta o comprometimento da compreensão e do manejo clínico que o processo terapêutico pode ter, devido à manutenção de uma posição teórica rígida. Khan mostrava-se bastante flexível quanto à escolha dos parceiros teóricos para auxiliá-lo em cada caso e também lançava mão de recursos interventivos pouco comuns à prática clínica de sua época como, por exemplo, visitar os pacientes ou mesmo acompanhá-los em suas atividades diárias (Khan, 1988). Essa criativa atitude do terapeuta, inventiva no sentido de forjar suas ferramentas de trabalho, aproxima a clínica da arte, pois saber como isso funciona, o que isso produz, interessa muito mais do que saber como se articula teoricamente. Essa postura coloca certamente a clínica no campo da invenção, da criação mesma, no campo da arte (Rauter, 2012, pp.13-21).

Nos anos 1970/1980, a clínica com grupos esbarrou nas dificuldades de manejar com a dinâmica dos processos que nela emergiam. Fez-se necessário quebrar as barreiras teóricas que cerceavam o trabalho a fim de reformular tanto seu objeto de estudo, o grupo, quanto os modos de intervenção (Barros, 2007, p.141). Foi preciso, também, inventar uma metodologia adequada para a solução do impasse, auxiliando em uma dupla função. Ao mesmo tempo em que reuniu perspectivas diferenciadas para objetivar um fato clínico, fazendo convergir sobre ele pontos de vista distintos, foi, no encontro entre domínios independentes de saber, que uma nova possibilidade de defini-lo e de abordá-lo pôde ser construída: “O grupo é objeto conceitual a ser pensado por uma epistemologia convergente (microsociologia, psicanálise kleiniana, teoria da

interação e comunicação, materialismo histórico)” (Barros, 2007, p. 147). A epistemologia convergente, como foi chamada, possibilitou a reunião entre elementos heterogêneos, servindo como matriz para a emergência do saber-fazer clínico. Vale a pena apontar que, desde o início do século XX, a definição de grupo vinha passando por uma “espécie de pororoca”, no embate entre disciplinas e conceitos que tinham como meta a delimitação do fenômeno, a sua inteligibilidade, a compreensão das forças que entravam em jogo para sua formação, os afetos que o constituíam e as propriedades que garantiam sua permanência (Barros, 2007).

Experimentações, disciplinas e suas ressonâncias: a formação de um híbrido

O ser humano, em sua característica específica (de espécie), reside no ponto de interseção de discursos variados. Esses discursos, que vão desde a Física até a Filosofia, passando pela Química e pela Biologia, não são excludentes entre si; pelo contrário, reúnem-se no trabalho de tessitura da malha de inteligibilidade de seu pretense objeto. Todavia, a plasticidade desse objeto não seria propriedade exclusiva de sua constituição material, mas estaria presente, também, nos aspectos mais sutis da sua subjetividade. Essa plasticidade, ao ser tomada como condição que dificulta sua delimitação, geraria o que pode ser encarado como um impasse epistemológico, no sentido da sua apropriação como objeto por um campo exclusivo de investigação científica. Qual seria o domínio de conhecimento que possuiria a primazia de discurso e de pesquisa sobre tal objeto? Qual teoria explicaria a sua natureza? Sobre qual ponto de vista ele se desvelaria em sua plenitude? De fato, antes de haver tais questionamentos, se coloca o imperativo de delimitar o objeto e, para essa descrição, entram em jogo as estratégias de organização do regime discursivo que o estará descrevendo (Foucault, 1980). Com isso, a questão fica deslocada da determinação da natureza da coisa para a formalização de um discurso que a captura como objeto, e o embaraço se verifica até a presente data, já que nenhum campo de saber pode requerer para si a exclusividade sobre o conhecimento do ser humano. Por mais que se aprofundem em suas pesquisas, todos os campos de saber, sem exceção, tropeçam nas dificuldades para reduzir e objetivar o ser humano a algum ponto de vista específico. Até a Psicologia viu-se frustrada em suas tentativas de estabelecer um discurso único que abrangesse os diferentes fenômenos que surgiam a cada modo de perspectivar o seu objeto, sofrendo, com isso, a dispersão de seu campo e fracassando em sua tentativa de se estabelecer

como ciência aos moldes naturais (Passos, 1992; Rauter, 2012).

Mas, se a irredutibilidade da coisa a objeto, devido à diversidade de suas características e à transitoriedade de seus processos, vem a ser um entrave para sua apreensão por meio de um único ponto de vista, por outro lado, essa mesma irredutibilidade se torna sinônimo de permeabilidade, conferindo-lhe abertura para receber abordagens distintas para sua compreensão, o que, longe de ser um vício, se revela como qualidade privilegiada, pois impulsiona a sua incessante investigação. Nesse aspecto, a clínica em Psicologia, mais especificamente a clínica transdisciplinar, como campo de experimentação e de produção de saber sobre a subjetividade humana, não foge à regra. O fenômeno humano, como nela é experimentado, é receptivo aos enfoques que o terapeuta possa fazer para sua inteligibilidade. Ele comporta visadas diferenciadas, abordagens multifocais, transdisciplinares, pois não se encontra envolucrado em uma forma cristalizada, mas se apresenta em constante devir e mutabilidade, assim como os processos que o constituem. Como utilizar uma teoria fechada para abordar um processo aberto, em criação? Como apreender, por meio de conceitos estáticos, o que, em sua natureza, se caracteriza por movimento, transitoriedade, fugacidade? Como traduzir o que é devir por meio de fórmulas pré-concebidas? Quando muito, poder-se-ia objetivar momentaneamente uma determinada experiência, fazendo um pequeno recorte em sua continuidade, para abstrair certos aspectos de sua totalidade, possibilitando o estudo e a observação de determinado dado, jamais pretender a invariância de um processo ao longo de uma existência (Brazão, 2008, 2012).

Ater-se ao rigor de um objeto previamente determinado por uma fórmula ou conceito constrangeria a potência da experimentação clínica, direcionando o olhar do terapeuta para um ideal previamente estabelecido. A experiência, dessa maneira, teria como limite, domínio e fonte, o objeto idealizado em suas características pré-concebidas. Há que se estar aberto, na clínica, para o que possa advir na experimentação, ou, de outra forma, ela estaria fadada a ser um lugar de repetição de modelos, nos quais a criatividade não encontraria espaço para emergir. O saber que na clínica se produz não é uma tecnologia aplicável independentemente da situação para seu uso, mas é uma exigência da experimentação na qual se formulou (Chauvenet; Despret; Lemarie, 1996; Despret, 2011b, 2011c, 2011d).

Os conceitos – abstrações intelectivas da experiência – não podem aprisionar a escuta do terapeuta à forma de sua concepção, mas devem servir como ferramentas de operação da realidade. “Os conceitos devem ter contornos irregulares,

moldados sobre sua matéria viva” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 108). Eles devem ser manejados a fim de promover liberação, dar passagem para processos que circulam no “plano da clínica, concebido como sendo composto de materiais heteróclitos, de diferentes gêneros. Há componentes teóricos e tecnológicos, mas também estéticos, éticos, econômicos, políticos e afetivos que se atravessam neste plano” (Passos & Barros, 2000, p. 7). Com isso, a utilização dos conceitos não pode ficar atrelada ao cabedal teórico com o qual foram concebidos inicialmente, pois, como expressões racionalizadas das experiências vividas na situação clínica, devem estar a serviço da experimentação, mediá-la e não moldá-la.

A dinâmica dos processos demanda que as teorias acompanhem o ritmo de suas mutações. A utilização de dado conceito, ou de certa teoria, como ferramenta, depende mais da habilidade do terapeuta do que de sua estrutura lógica propriamente dita, e seus efeitos de sentido não cessam de se renovar em função dos agenciamentos nos quais são tomados. Um conceito por si só não opera sobre a realidade, mas a operação é feita quando, por intermédio dele, é estabelecida uma ponte entre a experiência concreta e um sistema de referências (Deleuze & Guattari, 1992).

E, enfim, para que haja acordo entre coisas e pensamento, é preciso que a sensação se reproduza, como a garantia ou o testemunho de seu acordo, a sensação de pesado cada vez que tomamos o cinábrio na mão, a de vermelho cada vez que o vemos, com nossos órgãos do corpo [...] (Deleuze & Guattari, 1992, p. 259).

Trabalhar vinculado a ideais de estreita margem de maleabilidade, que excluem a possibilidade de interação com outras teorias, constitui-se numa armadilha, pois que a utilização de antolhos muito fechados limita a paisagem visível ao ângulo de sua gradação e quanto maior a abertura desse ângulo, maior será o horizonte a ser vislumbrado (Guattari, 2004). Por outro lado, “cada conceito remete a outros conceitos, não somente em sua história, mas em seu devir ou suas conexões presentes” e cada teoria remete a outras teorias, pois que, como ideal de inteligibilidade criado para recobrir um recorte da realidade, o conceito/teoria agrega elementos heterogêneos, todavia inseparáveis e que compartilham entre si “uma zona de vizinhança ou um limite de indiscernibilidade” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 31), já que sua articulação define a consistência do campo teórico. É nesse limiar de indiscernibilidade existente entre conceitos, teorias e domínios de saber que o fenômeno da ressonância se produz, uma vez que é pelo que há de comum entre os elementos

articulados que a reverberação ocorre. Todavia, o que se aplica aos conceitos também se aplica às disciplinas e as ressonâncias se produzem na porosidade de suas fronteiras. Os domínios de saber, assim como os conceitos, se constituem para recobrir uma determinada área de experimentação da realidade, ou para circunscrever um conjunto específico de fenômenos, traduzindo-os intelectualmente. Se a ordenação dos componentes de um conceito é por zonas de vizinhança (Deleuze & Guattari, 1992, p. 32), o mesmo se dá quando se trata de disciplinas que reúnem elementos díspares que ressoam entre si. Da mesma maneira que um conceito encontra sua inspiração naquele(s) que o precede(m), pelo entrelaçamento dos problemas que enfoca(m), os domínios de saber encadeiam-se por meio de um vínculo por ressonância entre os fenômenos que delimitam, o que permite conjugá-los em um agenciamento, seja para renovar o olhar sobre dado fato, seja para abordar um novo fenômeno que emerge no plano de sua operação (Deleuze & Guattari, 1992, p. 40).

O híbrido teórico-prático criado pela transdisciplinaridade não é exclusividade de um dado exercício clínico que poderia ser entendido apenas como uma prática experimental isolada, sem encontrar sua aplicação em outros domínios de saber. A produção científica, com todo o rigor que lhe é concedido, está longe de ser pura, ou homogênea, em sua constituição e, como sugere Latour (1994), os conteúdos da ciência são tramados, agenciados num plano heterogêneo do qual fazem parte as pesquisas, os dispositivos técnicos, as instituições de financiamento de pesquisa, as revistas científicas, a avaliação pela comunidade científica, validando ou não tais conteúdos, e os próprios discursos científicos, por intermédio dos quais se delimitam os objetos de pesquisa, que em si mesmos se revelam como composição heterogênea (Foucault, 1980). A ciência é, desta forma, afirmada como uma prática híbrida, ficando distante da imagem epistemológica que a encerrava no domínio das teorias e dos conceitos puramente racionais (Despret, 2011b, 2011c, 2011d; Moraes, 2004). Híbridismo no sentido de afastar-se da objetividade pura, de lidar com fatos e com dados; ao contrário, o híbridismo da ciência se faz presente quando observamos a sua empiria aliada a sua práxis no contexto do laboratório, conjugando-se numa estratégia para a produção do conhecimento: “A experimentação não supõe a única observação fiel dos fatos tais como se apresentam, nem a única busca de conexões empíricas entre fenômenos, mas exige uma interação da teoria e da manipulação prática que implica uma verdadeira estratégia” (Prigogine & Stengers, 1984 p. 3).

A ciência como é pensada por Latour (1994) é entendida como ciência nômade, ciência

híbrida ou ciência como rede heterogênea, tomando o sentido de rede proposto por Serres (1991), em que fica sugerido que ela se caracteriza por estabelecer um campo de tensões heterogêneas no qual a síntese, entre seus elementos, não é um resultado necessário (Moraes, 2004). Essa definição de ciência, em rede, implica uma “ontologia de geometria variável”, marcada por múltiplas conexões e múltiplas entradas; plano das multiplicidades, caracterizado pela disparidade de elementos e de conexões. Nessa trama, o rigor, caráter indispensável do conhecimento científico, não é mais pensado a partir de critérios pré-definidos, *apriorísticos*, por parâmetros que de antemão definem o que é exato e o que não é, o que implica, em outras palavras, em se estabelecer de início o que é certo e o que não é, produzindo com isso um rigor verticalizado, isto é, pré-definido (Despret, 2011b, 2011c, 2011d; Moraes, 2000). Todavia, conforme aponta Deleuze (1992, p. 42), o rigor produzido nessa concepção de ciência não é inexato, como poderia se pensar, porém “anexato”. Quando Deleuze afirma o rigor anexato, consistido no plano das multiplicidades e aplicável a esse modelo de ciência, ele está sugerindo que o rigor é construído como efeito de conexões heterogêneas, quando se tem, por consequência, um rigor obtido a *posteriori*, não referido a nenhuma unidade que lhe transcenda ou antecipe os seus efeitos, mas um rigor que é obtido em ato, na conjugação do saber com o fazer, numa mescla de empiria com práxis, ou da “teoria com a manipulação prática”.

Pensar a produção científica pelo conceito de rede, de Serres e Latour, inscrita num plano de multiplicidades, como propõe Deleuze, nos convida a instruí-la nas práticas de hibridação, conjurando de sua definição noções tais como objetividade, neutralidade, pureza etc., entendidas pelo pensamento moderno como sendo a condição de sua inteligibilidade e exigência de uma epistemologia centrada sobre os mesmos critérios. Contudo, as ideias combinadas desses autores não visam destituir o caráter de exatidão tão caro à ciência, mas nos levam a considerar que o rigor científico, nessa concepção, vem a ser efeito da conjugação de fatores heterogêneos numa rede de conexões, de “geometria variável” cuja consistência advém da integração da prática com a teoria.

Considerações finais

É de consenso que a clínica em Psicologia não pode ser posta à prova científica, uma vez que nem mesmo a Psicologia alcançou o status de ciência, aos moldes das ciências naturais: além de ela se dispersar em várias linhas, impossibilitando a unificação metodológica exigida para ser considerada ciência, seus objetos não podem ser verificados experimentalmente e seus ensaios não

podem ser convertidos em protocolos (Passos, 1992; Rauter, 2012). Cada sessão clínica é marcada pela imprevisibilidade do relato do paciente, dos afetos que emergem, das interpretações do terapeuta, do referencial teórico de que ele se serve para auxiliá-lo e dos efeitos subjetivos que serão produzidos a partir das intervenções.

No entanto, não seria pelo fato de a Psicologia – e menos ainda a clínica – não se ajustar ao modelo científico natural, que não se poderiam evocar critérios para o seu exercício e para a validação de suas descobertas. De fato, não faltam critérios a balizar o exercício clínico, mas é a própria utilização dos critérios que nos propusemos a questionar neste texto, pois que o impasse se apresenta quando tais critérios constroem a experimentação clínica, limitando, em nosso entender, o seu alcance. Uma prática clínica excessivamente parametrizada, numa suposta tentativa de se manter dentro de padrões epistemológicos desenvolvidos para o modelo moderno de ciência, esbarra no embaraço de comedir seu exercício, comprometendo sua potência. Um olhar contido pela definição prévia de um objeto estará cego para o que porventura venha a escapar de seus limites, sem contar que a afirmação de um modelo único tem a inconveniência de trazer implícita sua pretensão universalização, consequentemente universalizando, no mínimo, certos aspectos da subjetividade. E não seria o inusitado, o surpreendente, o não conhecido, o material do trabalho clínico? Como então usar fórmulas pré-definidas para lidar com uma realidade desconhecida? Como também manter o rigor que se exige para essa tarefa sem cair no relativismo de uma improvisação que se arriscaria a desmanchar os limites necessários para a coerência do trabalho (Chauvenet; Despret; Lemarie, 1996; Despret, 2011b, 2011c, 2011d)?

Diante desse impasse, a transdisciplinaridade se apresenta como uma metodologia que ao mesmo tempo mantém o rigor epistemológico exigido para a conservação dos contornos que garantem o exercício clínico e a abertura necessária que a lida com as subjetividades demanda, a fim de dar passagem para fenômenos ainda não circunscritos e ainda não objetivados. A flexibilização teórica aliada à criatividade ética do terapeuta, no sentido de lançar mão dos recursos que dispõe, transformando-os em operadores analíticos, possibilita que técnica e teoria se produzam em uma mesma atividade, expandindo o campo de ação da clínica e enriquecendo seu domínio de saber sem perder a coerência discursiva, imprescindível a esse trabalho (Chauvenet; Despret; Lemarie, 1996).

Fica a sugestão de que a flexibilização técnico-teórica, proposta nessa metodologia, vem a

ser uma exigência imposta pelas próprias mutações a que a subjetividade está submetida, que, a sua vez, são coextensas às transformações políticas, econômicas e sociais que todas as sociedades sofrem. Para acompanhar essa deriva, torna-se imperativa a existência de um método que derive no mesmo ritmo, cartografando as vicissitudes do processo, como observado por Bolognini (2008 p. 32): “o discurso que desenvolvi não é a favor de um genérico ecletismo teórico-clínico, mas – acentuo – está a favor do reconhecimento da pluralidade e da complexidade de nossos horizontes contemporâneos, que estão em contínua e laboriosa evolução”.

Não obstante, as ciências naturais se depararam também com seus impasses, e mesmo a Física, considerada como uma das ciências mais rigorosas no que diz respeito às leis de causa e efeito, viu-se impelida a repensar seu paradigma diante das incertezas demonstradas pelas probabilidades quânticas (Heisenberg, 1958; Prigogine, 1996; Prigogine & Stengers, 1984). Fez-se necessário formular novas teorias para dar conta dos novos fenômenos que foram observados. Porém, a percepção de novos fenômenos tanto pelas ciências naturais quanto pelas ciências humanas não pode ser tomada como obra do acaso, mas precisa ser encarada como uma mudança ideológica que ocorreu em um determinado momento histórico e que veio a influenciar todos os domínios de saber. Em meio a essa mudança, novas teorias do desenvolvimento humano e social emergiram (Valsiner, 1988; Vasconcellos & Valsiner, 1995), sugerindo que homem e sociedade se constituem como efeito de múltiplas determinações, abrindo o caminho para novas metodologias para o seu estudo e demandando uma epistemologia coerente para sua compreensão. É nesse sentido que concepções de ciência como as de Latour e Serres são convocadas, pois seus critérios de validação não se encontram baseados no caráter de linearidade presente na epistemologia moderna, mas surgem no entrecruzamento de elementos heterogêneos tecendo uma rede de geometria variável.

Entendemos que, em meio às diversas possibilidades para um exercício em Psicologia, encontramos o respaldo necessário para a utilização de uma metodologia híbrida como a transdisciplinaridade, baseada pelo menos em dois fatores: primeiramente, a mudança ideológica que se verifica na compreensão da realidade, incluindo o ser humano e suas produções, expressa sob pontos de vista tanto das ciências humanas quanto das ciências naturais que culminaram com a quebra dos modelos modernos; e, em segundo lugar, mas principalmente, pela observação de determinados fenômenos na clínica que forçosamente exigiram - e exigem - de seus observadores uma reorganização

técnica e teórica a fim de lidarem com os novos quadros de subjetividade observados.

Referências

Barros, R. B. (2007). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

Bolognini, S. (2008). *A empatia psicanalítica* (Ana Maria Stucchi Vannucchi, Edoarda Anna Giuditta Paron Radvany, Ester Hadassa Sandler, Ester Zita Fenley Botelho, Francesca Ricci, Luciana Gentilezza e Nilde Jacob Parada Franch, trad.). Rio de Janeiro: Editora Companhia de Freud. (Original publicado em 1949).

Bolognini, S. (2011). *Passagens. Teoria e técnica da relação intersíquica*. (Telma Barros, trad.). São Paulo: Casapsi Livraria e Editora Ltda. (Original publicado em 2011).

Brazão, J. C. C. (2008). *Entre mim e ti conosco o que há? A relação clínica uma experiência limiar*. Dissertação de mestrado. Departamento de pós-graduação de Psicologia UFF, Niterói-RJ.

Brazão, J. C. C. (2012). *O vínculo pelo primado da relação, como uma experiência de compartilhar: uma perspectiva transdisciplinar*. Tese de doutorado. Departamento de pós-graduação de Psicologia, UFF, Niterói-RJ.

Chauvenet, A.; Despret, V.; Lemarie, J. M. (1996). Clinique de la reconstruction. Une expérience avec des réfugiés en ex-Yougoslavie. In: *Collection Santé, société et culture*. Paris: l'Harmattan.

Deleuze, G. (1992). *Conversações*. (Peter Pál Pelbart, trad.). Rio de Janeiro: Editora 34. (Original publicado em 1990).

Deleuze, G.; Guattari, F. (1997). *O que é a filosofia?*. (Bento Prado Jr. e Alberto Alonzo Munoz, trad.). Rio de Janeiro: Editora 34. (Original publicado em 1991).

Despret, V. (2011). Controvérsias: pesquisa com não-humanos. Parte I: Do espaço de equilíbrio ao “pensar pelo meio”. Os *cratéropes écaillés*. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João Del-Rei, 6 (2), 163-169.

Despret, V. (2011a). II Colóquio Internacional Entre Redes. Conversa com Vinciane Despret após

Brazão, Jose Carlos Chaves. A Transdisciplinaridade Como Perspectiva Metodológica Para Uma Clínica Das Subjetividades

- Conferência Abertura. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João Del-Rei, 6 (2), 170-173. (Claudia Starzynski Bacchi, trad.). São Paulo: Editora Escuta Ltda. (Original publicado em 1991).
- Despret, V. (2011b). Conhecimento, ética e pesquisa. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João Del-Rei, 6 (2), 257-264. Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. (Carlos Irineu da Costa, trad.). Rio de Janeiro: Editora 34. (Original publicado em 1991).
- Despret, V. (2011c). Os dispositivos experimentais. *Fractal: Revista de Psicologia*. Niterói, 23 (1), 43-58. Lévi-Strauss, C. (1969). O pensamento selvagem. (Tânia Pellegrini, trad.). São Paulo: Nacional. (Original publicado em 1961).
- Despret, V. (2011d). O que as ciências da etologia e da primatologia nos ensinam sobre as práticas científicas? *Fractal: Revista de Psicologia*. Niterói, 23 (1). 59-72. Moraes, M. (2000). O Conhecimento Científico: Da epistemologia às redes sócio-técnicas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 52.(3), 76-88.
- Dobzhansky, T. (1968). *O homem em evolução*. (Josef Manasterski, trad.). 2. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Ed. Polígono. (Original publicado em 1961). Moraes, M. (2004). A ciência como rede de atores: Ressonâncias filosóficas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), Rio de Janeiro, 11(2), 321-333.
- Franck, J. (1974). Persuasion and healing. A comparative study of psychotherapy. New York: Schoken Books. Passos, E. (1992). *O sujeito cognoscente entre o tempo e o espaço*. Tese de doutorado. Departamento de Psicologia, UFRJ. Rio de Janeiro.
- Ferenczi, S. (1985). *The clinical diary*. London: Harvard University Press. Prigogine, I. (1996). *O fim das certezas. Tempo, caos e as leis da natureza*. (Roberto Leal Ferreira, trad.). São Paulo: Editora UNESP.
- Foucault, M. (1994). La vie: L'expérience et la science. In: Defert, D. & Ewald, F (Org.). *Dits et écrits*. Vol. IV - 1980 / 1988. Paris, Gallimard, pp.763-776. Prigogine, I.; Stengers, I. (1984). *A nova aliança. A metamorfose da ciência*. (Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trinchiera, trad.). Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília. Brasília.
- Guattari, F. (2004). *Psicanálise e transversalidade: Ensaio de análise institucional*. (Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, trad.). Aparecida: Ideias & Letras, (Original publicado em 1972). Rauter, C. (2012). *Clínica do esquecimento*. Niterói-RJ: Editora da UFF.
- Guattari, F.; Rolnik, S. (1986). *Micropolítica cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes. Rolnik, S. (1989). *Cartografia sentimental. Transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Editora Estação Liberdade.
- Heisenberg, W. (1958). *Physics and philosophy. The revolution in modern science*. New York: Harper & Row, Publishers. Sandler, J. (1987). *Projection, identification, projective identification*. New York: International Universities Press.
- Khan, M. M. R. (1984). *Psicanálise: Teoria, técnica e casos clínicos* (Glória Vaz, trad.). Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves. (Original publicado em 1962). Serres, M. (1991). *O contrato natural*. (Serafim Ferreira, trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1990).
- Khan, M. M. R. (1988). *Quando a primavera chegar. Despertares em psicanálise clínica*. Stern, D. (1985). *The interpersonal world of the infant. A view from psychoanalysis and developmental psychology*. USA: Basic Books.

Stern, D. (1995). *The motherhood constellation. A unified view of parent-infant psychotherapy*. USA: Basic Books. New York.

Stern, D. (2007). *O momento presente na psicoterapia e na vida cotidiana*. (Celimar de Oliveira Lima, trad.). Rio de Janeiro: Editora Record. (Original publicado em 2004).

Stern, D. (2010). *Forms of Vitality. Exploring dynamic experience in psychology, the arts, psychotherapy, and development*. USA: Oxford University Press.

Stolorow, R. D.; Atwood, G. E. & Brandchaft, B. (1994). *The intersubjective perspective*. USA: Jason Aronson Inc. Pennsylvania.

Valsiner, J. (1988). Ontogeny of co-construction of culture within socially organized environment settings. In: Valsiner, J. (Org.). *Child development within culturally structured environments: social co-construction and environmental guidance in development* (pp.283-297). Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation.

Vasconcellos, V & Valsiner, J. (1995). *Perspectiva co-construtivista na psicologia e na educação*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.

Recebido em: 13/06/2014

Reformulado em: 16/11/2014

Aceito em: 02/12/2014

Notas

ⁱ Estamos nos referindo ao ser humano como espécie, assim como as ciências biológicas o concebem, sem entrar no mérito das diferenças étnicas e socioculturais.

ⁱⁱ Na escala de tempo geológico, o período Plistoceno, época do período Quaternário, está compreendido de ter vigorado entre 1.800.000 até 11.500 anos atrás (Dobzhansky, 1961).

ⁱⁱⁱ Técnica referida por Lévi-Strauss para o entendimento do pensamento mítico das culturas indígenas, evocando a atividade do *bricoleur*: “E em nossos dias, o bricoleur é o que trabalha com as mãos, usando meios indiretos se comparados com os do artista. [...] O conjunto dos meios do *bricoleur* não se pode definir por um projeto (o que suporia, aliás, como com o engenheiro, a existência de tantos conjuntos instrumentais quantos os gêneros de projetos, pelo menos em teoria); define-se somente por sua instrumentalidade, para dizer de maneira diferente e para empregar a própria linguagem do *bricoleur*, porque os elementos são recolhidos ou conservados, em virtude do princípio de que ‘isto sempre pode servir’[...] Cada elemento representa um conjunto de relações, ao mesmo tempo concretas e virtuais; são operadores, porém utilizáveis em função de qualquer operação dentro de um tipo” (Lévi-Strauss, 1962 pp. 20).

^{iv} Todas as traduções são de inteira responsabilidade do autor.